



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acta n.º 247 -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano dois mil e sete, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e secretariada pela Primeira Secretária Senhora Lígia Filipe Seabra e pelo Segundo Secretário Senhor João Paulo Teixeira Branco, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA);-----

----- Ponto dois: Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2006, bem como apreciação do património do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA;-----

----- Ponto três: Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2006, bem como apreciação do património dos Serviços Municipalizados de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA;-----

----- Ponto quatro: Apresentação, discussão e votação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais do exercício de 2007, do Município de Anadia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA;-----

----- Ponto cinco: Apresentação, discussão e votação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais do exercício de 2007, dos Serviços Municipalizados de Anadia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA;-----

----- Ponto seis: Apresentação, discussão e votação de uma proposta de aditamento à Tabela de Taxas e Licenças, para fixação do valor da taxa para emissão do documento previsto na Lei n.º 37/2006, de 09 de Agosto – Certificado de Registo – nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA;-----

----- Ponto sete: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia como delegado ao XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e seu substituto, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 2.º do Regulamento do referido Congresso, a realizar em Ponta Delgada, na Região Autónoma dos Açores, nos dias 15 e 16 de Junho de 2007.-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas dezasseis horas e vinte cinco minutos.-----

----- À sessão compareceram os Senhores Deputados Municipais: José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro (PSD), Fernando Morais da Silva (PSD), Manuel Maria Cardoso Leal (PS), Carlos Alberto de Almeida Gonçalves (PSD), Lígia Filipe Seabra (PSD), José Carlos Ventura de Almeida Coelho (PS), António Augusto da Conceição Pereira da Silva (PSD), José Veloso Bernardino Gonçalves (PSD), Luís António Sousa Pinto dos Santos (PSD), João Paulo Teixeira Branco (PSD), Álvaro Gonçalves Marques Pereira (PS), Jaquelina Soares dos Santos (PSD), António Manuel Gomes



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rosmaninho da Fonseca (PSD), Áurea de Oliveira Mendes (PS), João Alves Morais (CDU), Jorge Manuel da Silva Loureiro (PSD), António Manuel da Costa Faria Cavadas (CDS-PP), Anabela de Seabra Santos (PSD), Acácio da Conceição Maças (PS), António Rafael das Neves Timóteo (PSD), André Miguel Matos Beja Henriques (PS).-----

----- Compareceram igualmente à sessão os Senhores Deputados Municipais: Vítor Manuel da Piedade Timóteo (PSD), Joaquim de Oliveira Cosme (PSD), Arménio de Almeida Cerca (PSD), Fernando Adelino Pina Fernandes (PSD), César Henrique de Seabra Rangel e Andrade (PSD), Armando Henriques Pereira (PSD), José Maria de Almeida Ribeiro (PS), António Guilherme dos Santos Andrade (PSD), Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues (PSD), Joaquim Moreira da Cruz (PSD), Sérgio Soares Aidos (PSD), Leonildo Moreira da Silva Macedo (PSD), Francisco Manuel Gonçalo Saraiva (PSD), António Manuel Pereira Duarte (PSD) e Mário Augusto Carreira Heleno (PSD), Presidentes das Juntas de Freguesia de Aguim, Amoreira da Gândara, Ancas, Arcos, Avelãs de Caminho, Avelãs de Cima, Mogofores, Óis do Bairro, Paredes do Bairro, Sangalhos, São Lourenço do Bairro, Tamengos, Vila Nova de Monsarros e Vilarinho do Bairro, respectivamente.-----

----- Pelo exposto, não se verificou a ausência de qualquer Deputado Municipal à sessão.-----

----- Além do Senhor Presidente da Câmara, Litério Augusto Marques (PSD) estiveram presentes na sessão a Senhora Vereadora Maria Teresa Belém Correia Cardoso (PSD), e os Senhores Vereadores Lino Jorge Cerveira Pintado (PS), Jorge António Tavares de São José (PSD) e Rui António de Almeida Marinha (PS). Não compareceram à sessão os Senhores Vereadores Jorge Eduardo Ferreira Sampaio (PSD) e Aníbal José Franco Ferreira (PSD).-----

----- Na abertura do período de antes da ordem do dia o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por referir que as comemorações do 33.º Aniversário da Revolução de Abril tinham decorrido de forma excepcional, tendo dirigido uma palavra de agradecimento aos Senhores Deputados Municipais, aos membros do Executivo e, muito especialmente, às entidades envolvidas nomeadamente os Bombeiros Voluntários de Anadia, a Guarda Nacional Republicana, a Banda de Música de Anadia, as Associações Columbófilas e, também, aos funcionários municipais destacados para o evento, que com o seu empenho e dedicação contribuíram decisivamente para o sucesso do evento. Destacou, ainda, a título individual, o Senhor Professor Dias Coimbra que colaborou de uma forma destacada e com enorme empenhamento na elaboração do protocolo destas cerimónias. Informou, também, de que as comemorações da Revolução de Abril promovidas pela Assembleia Municipal terminariam no próximo dia trinta de Abril com a realização do colóquio “Vinte e cinco de Abril – A Assembleia Municipal na Escola” a decorrer no Anfiteatro da Escola Secundária de Anadia, com início pelas dez horas e trinta minutos, aproveitando para agradecer à Escola Secundária de Anadia e ao seu Conselho Executivo toda a disponibilidade para a realização do evento.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia continuou dando nota que a correspondência estava disponível para consulta, dando ênfase a dois assuntos: primeiro, da realização de uma marcha solidária por parte do Centro de Acolhimento Temporário, vulgarmente conhecido por Casa da



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Criança, uma organização da Misericórdia da Freguesia de Sangalhos, no dia vinte e sete de Maio, com início às dez horas em frente à Escola Básica número um de Sangalhos, apelando à participação dos Senhores Deputados Municipais; segundo, do evento "ExpoSaúde", a decorrer no Pavilhão de Desportos de Anadia, até vinte e nove de Abril, com o apoio da Câmara Municipal, apelando, também, à participação dos Senhores Deputados.-----

----- Relativamente às actas, o Senhor Presidente da Assembleia informou que a Acta n.º 244 relativa à sessão ordinária agendada para o passado dia vinte e quatro de Fevereiro que não se realizou por motivos amplamente conhecidos, não iria ser votada, porquanto nada previa a obrigatoriedade da sua votação, encontrando-se, no entanto, para conhecimento dos Senhores Deputados Municipais. De seguida, colocou à discussão a Acta n.º 245, da sessão realizada no passado dia cinco de Março de dois mil e sete, previamente distribuída a todos os Deputados Municipais, dando nota de que tinham sido apresentados à Mesa alguns pedidos de rectificação, sobretudo pedidos pontuais de colocação de vírgula ou ponto ou de uma outra precisão de palavra, salientando três notas de alteração substancial, as quais passou a ler, informando que a redacção final seria fechada na reunião da Conferência dos Representantes dos Grupos Municipais. De seguida, passou-se à votação da Acta n.º 245, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor, uma abstenção e zero votos contra.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia deu início ao período de intervenções do período de antes da ordem do dia, tendo começado por intervir o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), que cumprimentando os presentes, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal informação sobre o problema do Serviço de Urgências do Hospital José Luciano de Castro de Anadia, nomeadamente sobre o resultado dos contactos, ou negociações, que terá estabelecido desde a última sessão da Assembleia Municipal com o Ministério da Saúde.-----

----- Para responder ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, depois de cumprimentar os presentes, reforçou a informação que prestou na última sessão da Assembleia Municipal de que não tinha havido lugar a qualquer desenvolvimento específico que leve a Câmara Municipal de Anadia a acreditar num desfecho unilateral por parte do poder central, pelo que tudo o que se possa ser perspectivado não terá qualquer fundamento já que as reuniões havidas com a tutela o levavam a concluir que o assunto, embora não encerrado, continuava em estudo no próprio Ministério da Saúde. Reforçou, ainda, que a expectativa da Câmara Municipal de Anadia é grande, tendo em conta algumas garantias que recebeu por parte do Ministério da Saúde de que o caso de Anadia não teria sido devidamente concretizado por se tratar de um caso com alguma complexidade. Relembrou o facto de nada ainda estar decidido, apesar do estudo apontar para o encerramento do Serviço de Urgências em Anadia, mas que não passava de um estudo. Continuou referindo que a Câmara de Anadia não tinha recebido qualquer proposta de encerramento, acrescentando estar convicto de que o Ministério da Saúde não tomará qualquer posição concreta sem falar previamente com o Presidente da Câmara. Referiu, também, ter-lhe sido afirmado, pelo próprio Ministro da Saúde, que, no limite máximo até Junho, iriam conversar, pelo que continua a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aguardar essas negociações, as quais, espera, venham a redundar em benefício das populações do Concelho de Anadia porque acredita que dialogando se torne possível defender o que interessa aos Anadienses.-----

----- Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Fernando Fernandes (PSD), que igualmente cumprimentando os presentes, informou o plenário, no seguimento do tema abordado na última sessão relativamente ao falecimento do Senhor Dr. Augusto Cancela de Amorim, de que a Assembleia de Freguesia de Arcos deliberou, por unanimidade, propor à Câmara Municipal de Anadia a iniciação de um processo para atribuição do nome daquela personalidade a uma rua da freguesia. Informou, ainda, ter sido considerada uma rua, no lugar de Arcos, actualmente sem nome, a qual será proposta a apreciação da Câmara Municipal.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que, depois de cumprimentar os presentes, se dirigiu ao Senhor Presidente da Câmara para perguntar sob a tutela de quem se encontram os funcionários da Junta de Turismo da Curia, e qual a razão dos funcionários da Junta de Freguesia, pagos pela Câmara Municipal, andarem a fazer serviços em obras particulares e como podem, sem estarem habilitados para o efeito, andar a conduzir viaturas da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal. No seguimento da adesão do Município à Grande Área Metropolitana de Aveiro (GAMA), perguntou, também, quem é o representante da Câmara nessa Associação, tendo em conta que haverá eleições em breve. Por último, e voltando ao assunto dos funcionários da Junta de Freguesia de Tamengos, alertou o Senhor Presidente da Câmara para o facto dos mesmos trabalharem para os particulares, em detrimento do tratamento dos jardins municipais.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), foi dada a palavra ao Senhor Deputado Francisco Saraiva (PSD) que passou a responder à intervenção daquele Senhor Deputado sugerindo que o mesmo passasse a frequentar as reuniões da Assembleia de Freguesia para poder ser elucidado dos trabalhos realizados ou a realizar pela Junta de Freguesia, porquanto considera ser em sede de Assembleia de Freguesia e não em plena Assembleia Municipal que essas explicações devem ser dadas. Adiantou, no entanto, que a Junta de Freguesia de Tamengos se encontra a fazer o alargamento de vias de Tamengos para Ventosa do Bairro, com o conhecimento da Câmara Municipal, bem como o seu alcatroamento, incluindo as entradas de alguns munícipes. Esclareceu, ainda, competir à Câmara Municipal explicar a quem pertencem os funcionários da Junta de Turismo da Curia e esclareceu, também, que os funcionários da Junta de Freguesia que andam a conduzir máquinas têm as devidas habilitações, acrescentando que, caso necessitasse, poderia pedir essa informação por escrito à Junta de Freguesia.-----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), que esclareceu não se estar a referir a entradas ou portões de determinadas pessoas, mas, sim, e passou a concretizar, do facto do prédio de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um munícipe da Freguesia de seu nome Senhor Dr. Maia ter sido vedado pela Junta de Turismo da Curia ou pela Câmara Municipal de Anadia, com pessoal de um destes organismos. Referiu ainda não estar a falar do alargamento da estrada, até porque, foi o próprio a alertar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Tamengos para constatar a água que a estrada acumulava. Contudo, disse não acreditar que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia não saiba que os funcionários da Junta andam a conduzir sem carta de condução e que não tenha conhecimento de que foi construída uma garagem no meio de um caminho público.-----

----- Também para exercer o direito de resposta, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Francisco Saraiva (PSD) que começou por esclarecer que todos os funcionários da Junta de Freguesia, com excepção do condutor do *dumper* que sai para apanhar umas folhas, estão habilitados para conduzir, nomeadamente com carta de condução e seguro, situações que devem ser acauteladas e estão inerentes à função de um Presidente de Junta de Freguesia. Relativamente à questão da vedação, referiu que o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) poderá perguntar quem pagou o serviço, porque a Junta de Freguesia apenas firma acordos com os Municípios, não paga vedações, além de que presta o apoio que os mesmos necessitam, como pequenos serviços de poda de árvores e, como foi o caso da situação levantada pelo Senhor Deputado, colocação de uns postes, entre outros, serviços esses que considera que devem ser feitos pela Junta de Freguesia.-----

----- Para encerrar o assunto, o Senhor Presidente da Assembleia deu novamente a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) para, novamente, exercer o direito de resposta, que referiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Tamengos não elucidou o plenário quanto ao facto de ter sido construída uma garagem no meio de um caminho público, pelo que gostaria de saber se foi com autorização do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, se foi construída pelos funcionários da Junta e se terá sido apresentado projecto para o efeito.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às intervenções feitas até então. O Senhor Presidente da Câmara referiu, no seguimento da troca de palavras entre os Senhores Deputados António Cavadas (CDS-PP) e Francisco Saraiva (PSD), tratar-se de um assunto da competência da Junta de Freguesia que deve ser tratado em sede de Junta de Freguesia e no qual o Presidente da Câmara não deve intervir. No entanto, alertou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Tamengos para o facto de que, havendo condutores a utilizar máquinas sem a devida habilitação, o seguro não será accionado em caso de acidente, para além de que a responsabilidade recairá sobre o Autarca. Relativamente ao pessoal da Junta de Turismo da Curia, informou que o anterior Executivo Municipal deliberou sobre a transferência de determinados funcionários para a Câmara Municipal, para evitar que a Junta de Turismo venha, futuramente, a fazer qualquer contratualização, uma vez que foi informada de que o podia ou deveria fazer. Desta forma, esclareceu que o pessoal que se encontra actualmente a trabalhar na Curia poderá ser mobilizado para apoiar iniciativas no âmbito do turismo, em qualquer zona do Município, porque o turismo no Concelho de Anadia é



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tutelado pela Junta de Turismo da Curia. Quanto à realização de trabalhos para particulares, considera tratar-se de um assunto a discutir em sede de Junta de Freguesia.-----

----- Para complementar a pergunta sobre a GAMA e porque subsistiram dúvidas quanto à mesma, por parte do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) que referiu pretender saber qual o elemento da Câmara Municipal que representa o Município de Anadia na GAMA, no seguimento da adesão deliberada em Assembleia Municipal, porque vai haver eleições para a GAMA e Anadia não tem um elemento na lista que vai concorrer aos órgãos daquele organismo. O Senhor Deputado considerou que o Município de Anadia não aderiu à GAMA apenas para usufruir dos fundos perdidos, mas, também, para ter um representante que defenda os interesses do concelho.-----

----- Objectivada a pergunta por parte do Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por esclarecer que a adesão do Município de Anadia à GAMA ainda não está concretizada, ainda que existam deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal a autorizá-la, pelo que a mesma só será formalizada quando a Câmara Municipal enviar as respectivas actas para a GAMA. Esclareceu o Senhor Deputado que o termo mais correcto não é fundos perdidos, mas sim ganhos, porque a intenção e a necessidade da Câmara Municipal é de ganhar e não de perder. Aproveitando a pergunta do Senhor Deputado, passou a esclarecer algumas questões relacionadas com a adesão do Município à GAMA. Começou por referir ser obrigação primeira do Presidente da Câmara, defender os interesses de Anadia. Nesse sentido e, lembrando as alegações apresentadas na sessão da Assembleia Municipal em que foi discutido o assunto, uma das grandes necessidades da Câmara, e que constitui o principal motivo para adesão à GAMA, é a contratualização de fundos comunitários. Respondendo à questão colocada pelo Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), sobre qual o representante do Município na GAMA, informou ser legitimamente o Presidente da Câmara, situação decorrente da própria legislação, acrescentando que o que se verifica actualmente é que, efectivamente, ele ainda não se encontra nessa qualidade (essa função ainda não foi oficializada) por força dos interesses subjacentes à integração do Município de Anadia na GAMA. No seguimento desta informação referiu que Anadia é um concelho periférico da GAMA, pelo que, considera que a Câmara Municipal de Anadia não deve usar de grande precipitação quanto à sua adesão, só pelo facto de haver preocupação com os fundos comunitários. Continuando, informou haver muitos outros interesses a discutir em sede da GAMA, designadamente o programa AveiroDigital, a SIMRIA, a eventual cobrança de impostos, as acessibilidades, alertando para o facto de que todos esses assuntos devem ser convenientemente ponderados pela Câmara Municipal com algumas cautelas porque, se não, estará sempre em minoria por ser periférica. Falando dos interesses, nomeadamente dos de Oliveira do Bairro, Águeda ou Albergaria-a-Velha, constatou não serem, naturalmente, coincidentes com os de Anadia, porquanto, em termos estratégicos e de acessibilidades, Anadia terá mais necessidade em se



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ligar aos concelhos de Oliveira do Bairro, Vagos e Cantanhede, alguns dos quais que não fazem sequer parte da NUT III. Neste âmbito, referiu que terá necessidade de ter o apoio da Assembleia Municipal porque, como explicou, terá de haver uma capacidade e, mesmo, necessidade de negociar entre NUT os interesses do Município de Anadia, pois considera ser complicado aderir só para dizer que Anadia faz parte de uma Área Metropolitana. Especificando, destacou o caso da WRC, que desenvolve um projecto semelhante ou, talvez, com mais abrangência do que o AveiroDigital, pelo que deve ser considerado aquando da adesão de Anadia à GAMA. Falando da SIMRIA, explicou que a Câmara Municipal de Anadia não se encontra disponível para aderir porque tem consciência da sua importância, da sua capacidade e da necessidade que os outros têm na participação de Anadia. Assim sendo, explicou que a Câmara Municipal de Anadia não estará disponível para entrar num sistema em que outros irão gerir as águas e o saneamento do concelho, quando Anadia tem a capacidade de os gerir, sendo que da troca não resultariam mais valias para o Concelho de Anadia. Declarou ter essa noção, o que o impele, na qualidade de Presidente da Câmara, a lutar sempre pelos interesses do concelho. Referindo-se às acessibilidades, declarou defender o nó da auto-estrada número um, reconhecendo ser uma defesa partilhada por toda a Assembleia, e constatou existirem propostas que não garantem esse propósito de Anadia, explicadas na existência de diferentes interesses de outros que desviam Anadia do seu. Por todos os motivos enunciados assumiu, perante o plenário, não ter enviado, até ao momento, os documentos a oficializar a participação do Município de Anadia na GAMA, adiantando que o fará, ainda que sob determinadas condições, condições essas que entende serem as melhores para salvaguardar os interesses do concelho. Assim, explicou, também, que essas condições serão negociadas porque, como referiu, a adesão do Município terá de ser negociada, ainda que tenha sido autorizada pela Câmara e pela Assembleia Municipal, negociação essa que anunciará, claramente, o que Anadia precisa e com o que a GAMA terá de estar solidária. Nesta medida, explicou não ter necessidade de qualquer urgência em formalizar a adesão, nem qualquer preocupação com as eleições que irão ter lugar, porque ainda não foi publicada a legislação que virá regulamentar as próprias associações, sendo que, só após essa regulamentação, o processo seguirá o seu curso. Como apêndice, reconheceu que, talvez com receio de perder os tais fundos comunitários, tenha proposto cedo demais a adesão do Município à GAMA, acrescentando ser ainda tempo de o fazer, porque ainda não oficializou a adesão, mas se a Assembleia entender que o faça de imediato, fá-lo-á. Ressalvou, no entanto, o facto de ter transmitido a sua preocupação em dois ofícios enviados ao Presidente da GAMA, o que deu origem a uma reunião entre as partes, onde foram discutidas essas preocupações e na qual lhe foi dito, claramente, que relativamente à questão da água, não haveria qualquer problema, na medida em que poderia optar por uma de três soluções: ou a sua gestão ficaria como estava até então; ou a Câmara poderia estabelecer uma parceria; ou poderia, até, vender a um privado, sendo que a GAMA não teria qualquer intervenção. Relativamente aos impostos, explicou ter sido informado de que a GAMA ainda não tinha a certeza de que o Estado lhe atribuiria essa capacidade de cobrança de impostos. Por



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

último, quanto à questão do AveiroDigital, referiu ter-lhe sido transmitida a informação de que ainda não estaria aprovado qualquer programa e quando o mesmo fosse discutido e aprovado, uma vez que terminaria com o actual quadro comunitário, ainda que pudesse, eventualmente, vir a haver novo AveiroDigital, a Câmara proporia que a WRC viesse a ser integrada. Concluindo, referiu que ainda que todo o processo esteja bem encaminhado, pensa não haver necessidade de ter grande pressa, porque subsiste uma questão muito concreta, o facto da GAMA, presentemente, não ter estatutos e não estar organizada de forma a poder assumir a gestão de tudo. Apresentados todos os esclarecimentos, o Senhor Presidente da Câmara fez um apelo ao plenário para lhe delegar a responsabilidade de negociar, com o compromisso de apresentar o assunto à Assembleia, nem que para tal seja necessário solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a convocatória de uma sessão extraordinária porque, como explicou, os interesses de Anadia não colidem com os de outros Municípios e estão em primeiro pelo que os defenderá até à exaustão. Para terminar e, dirigindo-se ao Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP), reafirmou que o representante da Câmara Municipal de Anadia na GAMA tem de ser, por força da Lei, o Presidente da Câmara Municipal ou a pessoa em quem delegar as funções, acrescentando, no entanto, que tratando-se de assuntos de vital importância, naturalmente, quererá ele próprio assumir essa competência em defesa do Concelho de Anadia.-----

----- Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) que, depois de cumprimentar os presentes, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara porque motivo nenhum dos representantes do PCP foi convidado para o II Encontro de Gestão Autárquica, promovido pela Câmara Municipal de Anadia e a realizar no dia seguinte ao da sessão da Assembleia Municipal, quando foi convidado o Presidente da Nova Democracia, que nem sequer é Presidente de Câmara e não está representado na Assembleia da República, e o CDS-PP que representa apenas uma Câmara a nível nacional. Perguntou, também, ao Senhor Presidente da Câmara, considerando que falta um mês para o termo do ano escolar, se terão sido tomadas precauções na deslocação dos alunos para as novas escolas, tendo em conta a previsão de encerramento de escolas no Concelho de Anadia, e se esse transporte é extensivo a todo o ensino do concelho.-----

----- Tomou de seguida a palavra o Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) que, depois de cumprimentar os presentes, iniciou a sua intervenção referindo-se a uma afirmação proferida pelo Senhor Presidente da Câmara, a qual afirmou aplaudir, relacionada com a situação da Estação Vitivinícola, nomeadamente, com o tom alarmista e de dúvida que muitas vezes é levantado e que, no fundo, nada do que é comentado resulta, os boatos de que encerra, não encerra e acaba por não encerrar. Aproveitando, então, todas as considerações e afirmações que, durante cerca de dois meses, foram tecidas e o alarmismo infundado de que a Estação Vitivinícola iria encerrar, do qual considera ter resultado algum aproveitamento político descabido, referiu que não poderia deixar de esclarecer o que, verdadeiramente, se passa com a mesma. Começou por caracterizar a Estação Vitivinícola como uma instituição centenária e de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

valor incontestável, de reputação nacional e até mundial, sobre a qual recaíram boatos de que iria ser destruída e iria fechar, os quais, afirmou peremptoriamente, trataram-se de “uma tremenda mentira” até porque se tivesse havido alguma preocupação em recorrer a fontes seguras para obter informação correcta, as pessoas que veicularam esses boatos acabariam por chegar à conclusão que, de facto, não correspondiam à verdade. Aproveitou, assim, para informar e garantir o plenário de que a Estação Vitivinícola não só não irá encerrar como iria ter mais serviços e de qualidade, nomeadamente mais um laboratório, mais técnicos, devidamente qualificados, iria ver o seu espaço físico melhor aproveitado, sendo que o único aspecto negativo será o facto de passar a ser gerida de forma diferente, o que corresponde a que, em termos orgânicos, seja dividida em duas áreas. Como forma de comentário, o Senhor Deputado considerou uma situação normal, na medida em que acredita que quando são levadas a efeito reestruturações, quem as pensa fazer, com certeza que será sempre para acrescentar algo e não para destruir. Dirigindo-se a todos os membros da Assembleia, passou a especificar os melhoramentos que a Estação Vitivinícola irá sofrer, como sendo a implementação de mais um laboratório, para além do que já está a funcionar na área dos vinhos, onde serão realizadas análises agro-alimentares; terá um engenheiro bioquímico, que não tinha; um médico veterinário especializado em análises agro-alimentares; irá manter o actual quadro técnico, não só no laboratório, como na área da investigação da vinha. Como conclusão, referiu que se manterá como tem funcionado até então, com uma ligeira excepção que se prende com o facto de um técnico do seu quadro técnico passar ao quadro dos disponíveis, justificando essa medida com a sua provável avaliação profissional, a qual conjecturou não ter sido suficiente para se manter no quadro efectivo. Para terminar, recomendou tranquilidade a todos os membros da Assembleia porque a Estação Vitivinícola não iria fechar.-----

----- Concluída esta intervenção, foi dada a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD) para solicitar ao Senhor Presidente da Câmara alguns esclarecimentos sobre o nó de acesso à Auto-Estrada número um (A1) e informação detalhada sobre o Cine-Teatro, a ampliação da Piscina, o Mercado Municipal, a Biblioteca, a Ponte de Espairo, se está ou não pronta a ser utilizada e, também, sobre a utilização do Pavilhão Multiusos.-----

----- Para esclarecer as questões colocadas pelos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por responder ao Senhor Deputado João Morais (CDU), nomeadamente, à questão da realização do II Encontro de Gestão Autárquica. Esclareceu tratar-se de um evento organizado pela Câmara Municipal, organização essa que tem por base a qualificação de pessoas para tratar de determinados assuntos e não representações políticas. Acrescentou ainda, que o objectivo da realização do encontro reside na faculdade de proporcionar ao Concelho Anadia esclarecimentos de ilustres figuras conhecedoras de assuntos como Administração Autárquica, entre outros temas que, actualmente, estão cada vez mais em discussão com vista à sua implementação, não tão simples quanto parece, fruto das inúmeras reformas que têm vindo a ser instituídas. Pelo exposto, assegurou ao Senhor Deputado João Morais (CDU) não ter havido qualquer



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intenção nos convites efectuados, nem qualquer marginalização do partido a que o Senhor Deputado Municipal pertence, até porque, tem a certeza de que, nesse partido, existem pessoas com valor e que estariam bem enquadradas no encontro. Relativamente à questão do encerramento das escolas, referiu partilhar a preocupação do Senhor Deputado, mas alertou para o facto de que compete a quem encerra as escolas dizer para onde irão os alunos, até porque a participação da Câmara Municipal, em termos de deslocação, só é exigida em distâncias a partir dos três ou quatro quilómetros, consoante se trate de escolas com ou sem cantina. Portanto, considera tratar-se de um assunto da responsabilidade da tutela, para o qual a Câmara Municipal estará atenta, até porque não dá como facto consumado o simples anúncio do encerramento das escolas e estará disponível para propor alternativas, já que, muitas vezes, a alternativa que lhe é proposta é continuar a dar o mesmo.-----

----- Respondendo ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), o Senhor Presidente da Câmara considerou algo estranha a intervenção do Senhor Deputado, mas, ao mesmo tempo, mostrou algum contentamento com a mesma. Contudo, acrescentou que foi o partido do Senhor Deputado que anunciou e propôs ao Presidente da Câmara a liderança de todo o processo, ainda que actualmente tudo seja diferente, e bem, porque considera complicado gerir de forma consequente. Referindo-se ao novo laboratório, aos técnicos, às deficientes avaliações, e aos diversos temas abordados pelo Senhor Deputado, comentou que, ainda que a comunicação social veicule, apenas, o facto da Estação Vitivinícola encerrar, certo será que a mesma não encerrará pela simples razão de que manterá as portas abertas, remanescendo, no entanto, o problema do serviço. Por este motivo, e como forma de concluir o assunto da Estação Vitivinícola, o Senhor Presidente da Câmara disse ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) que os parabéns ser-lhe-ão devidos quando apresentar, de forma objectiva e garantida, todas as medidas por ele enunciadas, sendo que, até que tal aconteça, continuará a aguardar. No seguimento, abordou uma das mais recentes medidas implementadas pelo Governo para a função pública, em questão de pessoal, nomeadamente a criação de uma Bolsa de Emprego Pública, vulgo BEP, destinada aos funcionários dispensados pelos serviços dos vários Ministérios (os primeiros a ocupá-la foram os do Ministério da Agricultura), medidas essas que vieram impor algumas restrições em termos de reclassificações e renovações de contratos, quando terminado o tempo de vigência dos mesmos. Relativamente a esta matéria, explicou que os funcionários da Câmara Municipal com possibilidade de serem reclassificados ou de lhes ser renovado o contrato, poderão ser preteridos em detrimento dos funcionários disponíveis na BEP, das mais variadas zonas do país, uma imposição que considera de clara ingerência nos interesses municipais, nos direitos à autonomia financeira da Autarquia e do seu pessoal. Nesta medida, apelou aos membros do PS para intercederem junto da Tutela quanto a essa matéria, destacando, ainda, que a sua maior preocupação é com as pessoas que assumiram compromissos e não os vão poder cumprir porque terminarão os seus contratos e serão preteridos em relação aos funcionários da BEP, não tanto com a Estação Vitivinícola porque essa só lá tem o laboratório, de resto, nada mais tem. Falou, também, que uma medida acertada por



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parte da Tutela seria retirar os excedentes só depois de fazer uma correcta análise de rentabilidade, após o que concordaria com as medidas, até porque a própria dinâmica de reformismo e de progresso assim o exige. Ainda relativamente à intervenção do Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), o Senhor Presidente respondeu que, apesar do Senhor Deputado ter feito referência a uma situação negativa e a outra positiva, a realidade é que existem inúmeras situações negativas, designadamente quando se veicula a possibilidade de encerramento da Estação Vitivinícola, do Serviço de Urgência do Hospital José Luciano de Castro, do Posto da GNR, do Tribunal e, no final, poderá não vir a ser concretizado o encerramento. Comentou tratar-se de uma má política, na medida em que cria uma certa agitação e insegurança nas pessoas, considerando que os governantes deveriam ser mais concretos no que fazem, à semelhança da exímia cobrança de impostos que praticam e que afecta, muitas vezes, pessoas que não ganham o suficiente para pagá-los. Nesta medida, fez um apelo à comunicação social para fazer chegar a mensagem ao Governo, em nome das populações que se encontram numa situação cada vez mais comprometedora em relação ao futuro, porque acredita que os governantes sejam sensíveis e que não tenham acesso a muita informação.-----

----- Respondendo ao Senhor Deputado José Veloso (PSD), começou por informar que a Câmara fez o que lhe competia relativamente ao nó de acesso à A1, que era o estudo de tráfego. Continuando, explicou que a prioridade do Governo é o IP3, com uma proposta de traçado localizada numa zona que nunca seria aceite por Anadia, uma vez que contempla a criação de um novo nó na Mealhada. Referiu, no entanto, que Anadia continua sem uma via estruturante transversal desde o IP3 até ao IP5/A25, pelo que defende a importância que a criação de um novo nó intermédio na A1/IP1 trará para o desenvolvimento do Município de Anadia, localizado na Pedralva, em Paredes do Bairro ou em Amoreira da Gândara, ou seja, na zona onde já esteve previsto na solução norte para o IC12, permitindo, ainda, a ligação para Mira ou Vagos. Informou, também, ter-lhe sido garantida, pelo Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, a construção do nó de acesso à A1, devendo, para o efeito, ter preparado o referido estudo de tráfego, o levantamento e tudo mais. Concluiu o assunto, referindo que aguarda novidades, adiantando estar convicto que só as terá depois de consumada a situação do IP3. Quanto ao Cine-Teatro, informou estar pronta a obra, à excepção de pequenos arranjos exteriores, acrescentando que a mesma ainda não foi inaugurada por não ter sido aprovada em termos de fundos comunitários, mas continua a trabalhar para alcançar esse objectivo, nomeadamente através do *overbooking*, até porque se trata de uma obra consignada no PITER e que não teve qualquer apoio financeiro. Falando da ampliação da Piscina Municipal, referiu tratar-se de uma obra que não teve qualquer subsídio, tendo sido feita com o orçamento da Câmara Municipal, pelo que, logo que esteja concluída poderá ser inaugurada. Sobre a Biblioteca, explicou que a obra teve financiamento e que será inaugurada brevemente. Relativamente à Ponte de Espairo, informou estar a aguardar a celebração de um protocolo com as Estradas de Portugal, no seguimento da aprovação do projecto da rotunda junto à EB 2/3 de Anadia, para fazer todo o



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enquadramento da zona, adiantando que a Ponte foi construída com o orçamento municipal. Relativamente ao Pavilhão Multiusos, esclareceu ter sido precisamente essa a intenção da sua utilização, ainda que a sua denominação seja Pavilhão de Desportos, acrescentando que tem demonstrado capacidade, quer em termos de espaço, quer na criação de condições de utilização para ultrapassar a própria área do desporto. Adiantou, ainda, que o Pavilhão de Desportos continuará a servir o desporto local, regional e nacional, mas funcionará, também, com uma vertente multiusos, apesar das críticas para que seja atribuída a sua gestão a determinada associação ou clube. Antes de terminar, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras do Senhor Deputado José Veloso (PSD), justificando que as mesmas lhe deram oportunidade para anunciar as obras realizadas pela Câmara Municipal.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maças (PS) que comentou o facto do Senhor Presidente da Câmara aproveitar todas as oportunidades para dissertar e desenvolver temas que, muitas vezes, nada têm a ver com a questão que é colocada, fazendo um comício, na sua opinião. Esclareceu, então, que o que pretendia dizer, e que disse efectivamente, foi que a Estação Vitivinícola da Beira Litoral não vai encerrar e que depois de ter dito aquilo que de positivo a Estação iria ter, nomeadamente as mais valências, referiu que o único aspecto negativo que tinha era a passagem de um técnico para o quadro de disponíveis. Esclareceu, ainda, que esse aspecto negativo se devia ao facto do referido técnico ter sido avaliado pela pessoa responsável pela Estação Vitivinícola, a qual lhe atribuiu uma notação profissional que não era suficiente para, de acordo com as normas definidas pelo Ministério, continuar no serviço. Para terminar, referiu que todas as restantes considerações são da responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD) que começou por tecer duas considerações, na sequência da intervenção do Senhor Deputado Acácio Maças (PS). Primeiramente, congratulou-se com o facto do Senhor Deputado saber aquilo que não é dito pelo Gabinete do Senhor Ministro relativamente à Estação Vitivinícola. Numa segunda consideração, esclareceu que os funcionários públicos são avaliados por questões do passado e que no passado nunca pensariam passar pelo desrespeito nacional da Lei em Portugal ser retroactiva pelo que, provavelmente, a pessoa que efectuou a notação do técnico da Estação, se soubesse que o poderia prejudicar no futuro, com certeza não o teria feito. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, perguntou porque razão as obras na Ponte de Canha não sofrem qualquer desenvolvimento, considerando, segundo informação recolhida, já ter sido entregue e consignado o respectivo projecto, ainda que estando a faltar verba para serem iniciadas, alertando para o facto da mesma continuar a estrangular o trânsito.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Luís Santos (PSD), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara que o nome do Senhor Ivo Neves fosse alvo de um estudo, por parte da Câmara Municipal, para ser atribuído ao Velódromo Nacional de Sangalhos,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

considerando tratar-se de um ex-Vereador, do primeiro Sangalhense que deu a vida pelo desporto, do sócio honorário número dois da Federação Portuguesa de Ciclismo, para além de ter sido representante da União Internacional de Ciclismo, director de várias voltas a Portugal e sócio do Sangalhos Desporto Clube. Perguntou, também, ao Senhor Presidente da Câmara se, de acordo com o regulamento municipal de venda dos primeiros lotes da Zona Industrial do Paraimo, é permitido proceder à venda de lotes, de empresas que não tenham iniciado a sua actividade, podendo, um proponente comprador, desconhecendo o referido regulamento, vir a sinalizar a compra e correr o risco de perder a parte do dinheiro correspondente a essa sinalização. Para concluir, perguntou para quando o Senhor Presidente da Câmara pensava colocar em funcionamento o saneamento e a iluminação do acesso à rotunda nessa Zona Industrial, uma vez que já tinha dado autorização à Câmara Municipal para passar essas duas infra-estruturas em terreno seu.-----

----- Para esclarecer as questões colocadas pelos Senhores Deputados e por forma a encerrar o período de antes da ordem do dia, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por explicar ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) que, ainda que se tenha estendido um pouco na sua intervenção, tratava-se de um assunto de interesse geral e político, o qual, em sua opinião, tinha de ser discutido, considerando, mesmo assim, ter respondido à questão colocada. No entanto, prometeu que iria tentar ser mais breve. Em resposta à questão do Senhor Deputado Luís Santos (PSD) sobre a obra de Sangalhos, referiu ser uma questão que também o preocupa e que, por essa mesma razão, se deslocou às Estradas de Portugal para perguntar porque razão a obra não avança. Informou, então, que a resposta que obteve foi a de que a obra já tinha sido entregue ao empreiteiro, e há bastante tempo, e de que teria início no final de Junho ou início de Julho, tendo o atraso sido justificado por um grande problema que lhe disseram residir nas expropriações. Como comentário, referiu não encontrar justificação para o referido problema, na medida em que a Lei é muito clara quanto a essa matéria, ou seja, existindo interesse público é definida a posse administrativa. Adiantou, também, que ainda que não tenha concordado com a justificação apresentada, aceitou-a, porque, embora se trate de uma obra de interesse municipal, não é da responsabilidade da Câmara Municipal de Anadia. Passando a responder ao Senhor Deputado João Morais (CDU), explicou não estar a ser preparado o lançamento da primeira pedra do Velódromo de Sangalhos, mas o anúncio da obra e respectiva abertura de concurso para o Jornal das Comunidades, por se tratar de uma obra de grande envergadura, para a qual, depois de "concursada", não existe retorno. Relativamente ao nome sugerido para atribuir ao Velódromo, esclareceu ter de respeitar a opinião dos que com ele concordaram e fazer um louvor especial à aceitação, por parte do Governo, das propostas que lhe foram apresentadas para a obra. Esclareceu, ainda, que, considerando a envergadura e o alcance da obra, foi-lhe proposto que o Velódromo se designasse de Nacional e não de Municipal, pelo que considera ter tido uma atitude de bom senso ao aceitar a proposta, até porque retira grandes responsabilidades à Câmara na obra. Para concluir, referiu que, em sua opinião, não deve caber à Câmara Municipal qualquer decisão sobre o nome a atribuir, por se



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tratar, precisamente, de um Velódromo Nacional, com um Centro de Alto Rendimento (vulgo CAR), que será sediado no concelho de Anadia, acrescentando que, mais tarde, poderá ser proposto um nome pela própria Assembleia Municipal. Referindo-se à questão dos lotes da Zona Industrial de Paraimo, esclareceu haver pessoas que adquiriram lotes com o intuito de ampliar as suas indústrias mas que, como nem sempre as coisas correm pelo melhor, se vêm forçadas a vender, sendo que, a acontecer tais vendas, de acordo com o regulamento, os lotes revertem a favor da Câmara. Quanto ao saneamento e à electricidade, começou por agradecer a colaboração do Senhor Deputado ao permitir a passagem dessas duas infra-estruturas no seu terreno e esclareceu que o saneamento será conduzido até à conduta principal e a electricidade será estendida à rotunda mais próxima que se encontra isolada e desprovida da mesma, acrescentando que tanto a instalação eléctrica como o acesso à rotunda deverão ser levados a efeito no Verão.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de antes da ordem do dia, tendo passado, de imediato, ao ponto um da ordem do dia, "Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)". Para introduzir o ponto, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por esclarecer que o papel do Presidente da Câmara não se pode resumir à leitura do documento em análise, o qual, por si só, representa alguma da actividade da Câmara. Acrescentou, no entanto, que, apesar de poder ser sempre feito algo mais, as limitações financeiras que são impostas e as evidentes restrições na aceitação de pessoal, são factores limitativos para o pleno exercício da Câmara Municipal. Referiu, ainda, estar documentado um período que, para além de ter tido uma boa actividade, respondeu, em termos financeiros, de forma positiva ao desempenho da Autarquia, disponibilizando-se para prestar qualquer esclarecimento sobre o documento.-----

----- Aberto o período de discussão sobre o ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que aproveitou para relembrar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a questão da marcação das passadeiras em Sangalhos. Referindo-se às obras de saneamento, alertou o Senhor Presidente da Câmara Municipal para o facto da conduta principal de saneamento, localizada paralelamente à variante, estar avariada, o que faz com que as águas transbordem para o caminho e para os terrenos particulares, e apelou à sua reparação.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD) que, relativamente às obras enunciadas no documento, nomeadamente a construção da Ponte sobre o Rio Cértima, solicitou a alteração do nome de Ponte da Ramalheira para Ponte do Moinho Novo. No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU) e na convicção de que o mesmo estaria a falar dos terrenos que se encontram repletos de água, localizados a poente da variante, informou ter tido uma reunião com o director das Estradas de Portugal, da qual resultou a decisão de realização de um trabalho conjunto, no sentido de resolver o problema,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dado tratar-se de um problema de águas sem drenagem que transcende a Câmara Municipal, porquanto foi originado pela intervenção aquando da construção da variante.-----

----- Para esclarecer as questões abordadas pelos Senhores Deputados, no âmbito do ponto um da ordem do dia, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por responder ao Senhor Deputado João Morais (CDU), referindo não ter conhecimento do problema das águas sem drenagem na Variante, afirmando, no entanto, que iria tentar saber de quem seria a responsabilidade para a resolução do problema. Relativamente à questão da ponte sobre o Rio Cértima, apresentada pelo Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD), informou da existência de uma candidatura para a reabilitação do Rio Cértima, a qual foi reformulada porque não abrangia a construção da ponte, acrescentando não poder dar uma informação precisa do nome que foi apresentado em candidatura, garantindo, no entanto, que o nome indicado na candidatura é apenas uma referência para efeito de obras e que a Câmara Municipal não se oporá ao nome que venha a ser acordado pelos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Sangalhos e Avelãs de Caminho.-----

----- Concluídas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto um da ordem do dia, tendo passado, de imediato, a apresentar o ponto dois, "Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2006, bem como apreciação do património do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2, do art.º 3.º, do RAMA". Para introduzir o ponto, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por dizer que, no seguimento da prévia análise efectuada ao documento em apreciação, se impõe promover uma discussão política para analisar e comentar a forma como o Município utilizou as verbas de que dispunha, por se tratar de uma questão de opção política. Acrescentou, no entanto, não ser esse o único ponto da discussão, porquanto o documento pode conter alguns lapsos e até interpretações de números diferentes, tendo deixado à consideração dos Senhores Deputados a análise do documento. Para concluir, afirmou terem sido apresentados números fidedignos, em conformidade com a Legislação em vigor, garantindo não serem, com certeza, os que o Município desejaria gastar.-----

----- Terminada a sucinta explicação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) para intervir. O Senhor Deputado começou por reafirmar a posição do PS, transmitida pelos seus Vereadores em reunião do Executivo Municipal, a qual referiu ter por base uma apreciação política. Passou a referir que, à semelhança do ano anterior, o documento relativo ao património é um documento pobre que poderia, sem grande custo, exemplificar muito mais do trabalho feito, que não apenas números. Teceu a mesma crítica relativamente à apresentação do orçamento, o qual considerou que poderia ser mais ilustrativo, mais exemplificativo, e que poderia quantificar o que foi e o que não foi feito nas diversas rubricas, acrescentando, mesmo, que a Câmara não diz o que fez, parecendo estar envergonhada, e com razões para estar, em sua opinião, com os resultados não positivos da prestação de contas do ano passado. Falando,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

então, da prestação de contas, referiu que o elemento mais significativo não é o que respeita às receitas e despesas correntes, uma vez que essas traduzem a rotina normal dos serviços, mas é sim o que respeita às receitas e despesas de capital que traduzem o investimento e através das quais se pode verificar qual a linha de rumo traçada pela maioria PSD para o futuro do Concelho de Anadia. Nessa matéria, destacou a baixa realização das receitas de capital, que se fica por 38 por cento do orçamento, a baixa execução das obras, portanto das despesas, que se fica por 49 por cento do orçamentado, o que considerou traduzir a medida da eficácia da Câmara a preparar o futuro do concelho. Considerou, ainda, muito baixas as taxas de realização de 38 por cento ou 49 por cento, sobretudo em áreas como o saneamento e os parques industriais, fundamentais para o PS e que traduzem uma opção política diferente da que a Câmara tem assumido. Admitindo que por vezes os orçamentos perdem um pouco da sua credibilidade, não deixou de referir que no caso daquelas áreas fundamentais não houve, apenas, uma baixa realização relativamente ao orçamentado, mas, também, como já tinha denunciado aquando da discussão do orçamento, o facto do mesmo ser insuficiente e traduzir prioridades políticas que, para o PS, não estão correctas. Continuando, apresentou as prioridades defendidas pelo PS, as quais considera serem diferentes, melhores e mais atentas às necessidades dos habitantes do Concelho de Anadia, em termos de qualidade de vida, como sendo os equipamentos colectivos, o saneamento, o abastecimento de água, os resíduos sólidos, o combate aos incêndios, áreas que têm no seu conjunto uma taxa de realização de 35 por cento. Destacou, também, a realização de apenas 21 por cento, numa área para a qual o PS atribui uma prioridade que a Câmara Municipal não atribui, que é a das Zonas Industriais, na medida em que traduz a capacidade do concelho em atrair empresas e emprego e fixar mais e melhor os jovens ao concelho. Fazendo uma comparação do orçamento para 2007 com o do ano anterior, destacou uma quebra orçamental de 35 por cento, que considera traduzir um desdém da Câmara Municipal por áreas tão fundamentais para os habitantes do concelho. Antes de concluir, referiu que o PS tem criticado as prioridades da Câmara Municipal e afirmou, claramente, que a sua política é diferente, é melhor, e mais atenta às necessidades dos cidadãos. Denunciou, ainda, os atrasos sucessivos verificados em obras que foram iniciadas há já algum tempo e que representam as bandeiras da maioria do PSD, como o Cine-Teatro, a Biblioteca e o Mercado, cuja previsão de conclusão e inaugurações são sempre adiadas. Para concluir, declarou que a bancada do PS não podia aprovar o documento e votaria contra, lamentando o facto de, mais uma vez, se confirmar como o concelho é mal estruturado, pelos exemplos de equipamentos colectivos que apresentou, pouco competitivo, na medida em que não corre tanto como alguns concelhos vizinhos, nomeadamente no que respeita à atracção de empresas. O Senhor Deputado acrescentou, ainda, à sua intervenção que o PS não poderia dar o seu apoio por considerar que Anadia merece mais e melhor.-----

----- Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS) que, numa primeira análise económico-financeira dos documentos de prestação de contas, começou por comentar alguns números apresentados, perante os quais, em termos da situação económica,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

considera que pode ser registada alguma normalidade, ainda que se imponha referir a quebra substancial que os seus resultados sofreram no presente ano. Relembrando o seu entendimento do ano anterior, de que os resultados para a Câmara Municipal poderiam ser, de certo modo, elevados, considerou que, de acordo com a filosofia apresentada de abaixamento de resultados, os mesmos entram nalguma normalidade, ressaltando, no entanto, que seriam necessários os indicadores padrão para poder balizar esta sua apreciação, precisamente para empresas e para associações, os quais poderiam ser fornecidos pela Associação Nacional de Municípios, através da elaboração de uma central de balanços. Em termos da situação financeira, referiu que este ano, apesar da Câmara estar, ainda, numa situação financeira normal, o que se verifica é que houve uma grande quebra nos rácios de liquidez de curto prazo, considerando que pode ser indicador de alguma coisa, porque passou dos indicadores de curto prazo de 5 para 3 e agora para 1,8. Passando a fazer uma análise do empréstimo que o Senhor Presidente da Câmara disse ter utilizado por causa do prazo, referiu não concordar com a justificação apresentada, por considerar que o Senhor Presidente o utilizou por dificuldades de tesouraria no período referenciado, para além de que, se forem analisadas as dívidas bancárias, pode ser verificado que as mesmas aumentaram no presente ano, ainda que tenham sido amortizados cerca de quinhentos e setenta mil euros de capital, ao que se juntou o pagamento de duzentos e quarenta e cinco mil euros de juros. Pelo exposto, o Senhor Deputado acrescentou que a utilização dos seiscentos e cinquenta mil euros se destinou a pagar a amortização do empréstimo, o que significa que foi utilizado financiamento bancário para amortizar, também, financiamento bancário. Para concluir a sua intervenção, referiu que, da análise do balanço, também pode ser verificada uma quebra substancial nas disponibilidades, de cerca de um milhão para cerca de seiscentos mil euros, o que significa que se o Senhor Presidente da Câmara não tivesse utilizado o empréstimo dos seiscentos e cinquenta mil euros, existiriam, nos depósitos bancários, vinte e sete mil euros, valor que considera insuficiente para a actividade normal de uma Câmara Municipal.-----

----- Concluídas as intervenções dos Senhores Deputados do Partido Socialista, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às mesmas. Em primeiro lugar, congratulou-se com a posição assumida pelo Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), porquanto assumiu a posição que, legitimamente, considera que deve ser assumida na discussão deste tipo de documentos, uma discussão que deve ter sempre uma natureza política. Relativamente ao comentário do Senhor Deputado de que os números são pouco evidentes e as obras no terreno não se vêem, constatou que a Câmara de Anadia, ao longo dos anos, tem feito obra, e, estabelecendo uma comparação, questionou o que foi feito pelo Governo, no Concelho de Anadia, e quem impôs mais restrições orçamentais, respondendo, mesmo, ter sido o próprio Governo. Desta forma, explicou que a Câmara Municipal não poderia ter tomado outra medida que não seguir as regras que lhe foram impostas, passando, ela própria, a fazer contenção de gastos, mantendo, no entanto, a liquidez e elaborando orçamentos com alguma ambição. Referindo-se às críticas de que as obras feitas pela Câmara levam muito tempo a ser concluídas, respondeu tratar-se de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

grandes obras que levam o seu tempo a ser concluídas e que, também por esse motivo é que os orçamentos são plurianuais. Acrescentou, ainda, tratar-se de grandes obras que a Câmara Municipal de Anadia tem para inaugurar comparativamente aos concelhos vizinhos que não têm obras para inaugurar, nem sequer programadas, ao contrário do Município de Anadia que ainda o quarto quadro comunitário não está aprovado e já tem mais de um milhão de contos do seu lado. Ainda falando de projectos e de obras, constatou que as obras da Câmara de Anadia se podem ver no terreno e que no passado, quando o seu número era elevado, as críticas do PS se baseavam no facto do PSD estar a utilizar o projecto de campanha do PS. Actualmente, e como as obras são em menor número, mas ainda mais do que é feito pelo Governo, referiu que as críticas tinham passado a ser sustentadas pelo facto das obras já não corresponderem muito bem ao projecto do PS, afirmando não se tratar, efectivamente, do projecto do PS, até porque o projecto do PS está muito longe de satisfazer, em percentagem mínima, ao projecto do PSD. Relativamente à crítica de que não existe desenvolvimento industrial, nem ocupação para jovens, o Senhor Presidente da Câmara refutou a mesma com o facto de se tratar de um problema geral, de leis obsoletas, problema esse já reconhecido pelo próprio Governo, na medida em que vai anunciar novas normas para os licenciamentos, para as zonas Industriais e para os PDM. Em resposta ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS), começou por referir que o que o Senhor Deputado abordou correspondente à verdade, discordando, apenas, de uma situação, quando disse que a Câmara terá utilizado o valor do empréstimo por causa do prazo. Quanto a esse assunto, explicou, primeiro, que a Câmara Municipal utilizou, apenas, uma pequena parte do montante do empréstimo para manter o rácio referido pelo Senhor Deputado. Segundo, porque a Câmara terá acesso a um quarto do quadro comunitário que poderá ser gasto apenas na construção de uma obra. Em conclusão, lembrou ser da competência do Presidente da Câmara a gestão financeira, competência essa exercida com base em princípios de sensatez, que o levam a guardar o dinheiro para situações imprevistas que possam por em causa o equilíbrio financeiro do Município. Acrescentou, ainda, que a intenção da Câmara é gerir, da melhor forma possível, o seu dinheiro porque o tem de pagar, uma vez que se trata de um empréstimo. Referindo-se ao comentário feito pelo Senhor Deputado, relativamente ao valor disponível em depósitos bancários, o qual seria muito pouco para a actividade normal da Câmara Municipal, caso não tivesse sido utilizado o empréstimo bancário, o Senhor Presidente da Câmara admitiu que o mesmo corresponde à verdade, lembrando, no entanto, o património que a Câmara Municipal tem ao seu dispor para vender. Acrescentou, ainda, que a Autarquia pode tomar a opção de não o vender, por se tratar de um valor seguro, enquanto puder despende do empréstimo, ou seja, ir buscar o dinheiro de mais fácil administração. Antes de terminar, explicou, também, que a Câmara não fez mais por opção e porque a própria dinâmica do concelho, em termos de obras de futuro, assim obriga, e não pelo facto de não ter dinheiro ao seu dispor. Como conclusão, referiu que, ainda que possa haver quem não concorde com as opções, não pode, no entanto, deixar de constatar que os números representam uma forma de gestão equilibrada.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, foi novamente dada a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que começou por dizer que a comparação feita pelo Senhor Presidente da Câmara com o Governo e a invocação que fez da existência de restrições orçamentais, para justificar o motivo para não fazer mais obra no concelho, se tratam de argumentos que não colhem porque, da consulta pública dos próprios documentos, se pode verificar que a Câmara Municipal aproveitou muito mal as transferências do Estado nas receitas de capital, ou seja, em apenas 57 por cento. Destacou, também, o mau aproveitamento das receitas no âmbito dos projectos co-financiados que, normalmente, envolvem subsídios da comunidade europeia, que se ficou pelos 37 por cento de realização, relativamente ao que estava orçamentado. Pelo exposto, considerou não ser correcto falar em restrições orçamentais impostas pelo Governo quando a Câmara é que aproveita mal o que tem à sua disposição. Falando ainda de receitas correntes, constatou que as receitas mais positivas para a Câmara foram cobradas pelo Estado, situação que referiu ter sido reconhecida pelo Senhor Presidente da Câmara, em reunião do Executivo Municipal, ao afirmar ter sido graças à boa cobrança do Estado que a Câmara atingiu, relativamente ao orçamentado, 200 por cento de receitas provenientes da cobrança do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas. Nesta medida, e como conclusão, o Senhor Deputado considerou não haver fundamento para o Senhor Presidente da Câmara imputar a responsabilidade ao Estado por não ter conseguido obter melhores resultados em 2006.-----

----- Para responder à intervenção feita pelo Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que, referindo-se aos 37 por cento de aproveitamento das receitas do Estado, explicou que a Câmara pode ter realizado uma despesa e tê-la remetido para o Estado, mas o que acontece é que o Estado paga tarde, dando origem ao tal problema de execução, à semelhança do que acontece com muitos fundos comunitários que ainda não chegaram à Câmara. Refutou, também, o facto do Senhor Deputado dizer que as receitas são do Estado quando se trata, efectivamente, de receitas Municipais, como o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), que são provenientes do pagamento dos Municípios, até porque o Estado nada dá, só tira, ao ponto de tirar, inclusivamente, parte das participações que a Câmara recebe com a cobrança de impostos e que tem de enviar, trimestralmente, para o Estado. Relativamente aos números, em concreto, referiu que os poderia fornecer, ao Senhor Deputado, convenientemente documentados, caso seja do seu interesse. Falando, ainda, dos 37 por cento de aproveitamento, referiu que, mesmo assim, as obras estão concluídas, até porque não se arriscaria a perder os apoios do quadro comunitário a que tem direito e que terminará em Junho. Para concluir, referiu que PS e PSD nunca poderão estar de acordo e acrescentou que, se é acusado de má gestão, desafia o PS a gastar melhor ou, pelo menos, a propor alterações, declarando-se disponível para as aceitar.-----

----- Após a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD) que começou por comentar que os números têm sempre a leitura e



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a relevância que cada um lhes queira dar, pelo que, iria abordar algumas questões, uma das quais, anteriormente esclarecida, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e que se prende com o facto de pretender saber onde se encontra o dinheiro dos contratos-programa que ainda não chegou à Câmara, onde está o dinheiro para pagar as obras que se encontram concluídas e que também ainda não veio e de que forma esse dinheiro se reflecte na execução de um orçamento, que o previu e que, efectivamente, não veio. Referiu, então, que quando se fala de execução é sempre sobre o que a Câmara foi capaz de fazer, pelo que quando se analisa a execução do orçamento de 2006 e se chega à conclusão de que a Câmara de Anadia, contrariamente a muitas outras Câmaras, tem um superavit e não uma situação de descalabro económico, a conclusão a retirar tem de ser a de que o Senhor Presidente da Câmara fez as opções que tinha a fazer, ou seja, as opções políticas de quem lidera. Por estas razões, considera que a Câmara de Anadia não está endividada, como muitas outras Câmaras e, como foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara, está preparada para o quarto quadro comunitário, para as obras que virão, o que revela existir uma grande acutilância, um grande espírito de sacrifício e uma grande inteligência, por parte de quem dirige a Câmara Municipal, motivos que o Grupo Municipal do PSD considera válidos para votar favoravelmente o relatório.-

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) para referir que, da análise feita às contas e à execução orçamental, verificou existir, nos juros e outros encargos, um acréscimo de 21 por cento, pelo que perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se essa rubrica incluiu o empréstimo contraído de dois milhões e meio de euros. Relativamente às outras despesas correntes, constatou existir um agravamento de 1,3 por cento nas despesas de capital, e especificamente na aquisição de bens de capital, verificou um agravamento de 1,2 por cento, para além do agravamento na ordem dos 11 por cento nas transferências de capital.-----

----- Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) que começou por referir que, uma vez que as contas foram escarpelizadas pelos seus colegas de bancada, iria falar do inventário. Nessa medida, destacou algumas situações que referiu terem despertado a sua atenção, designadamente, os arranjos exteriores da Praça do Município, executados em 2002, pelo valor de quatrocentos e oitenta e três mil euros; os arranjos exteriores da Praça Visconde Seabra, no montante de novecentos e quarenta e oito mil trezentos e trinta e seis euros; a fonte luminosa na Praça Visconde Seabra no valor de noventa e sete mil novecentos e sessenta e cinco euros, o que quer dizer que a requalificação do centro de Anadia, em 2002 e 2003, custou, ao Município mais de um milhão quinhentos e vinte e nove mil euros, valor que considera uma barbaridade. Não tendo, na altura, criticado essa barbaridade, referiu que a sua crítica actual se prendia com o facto de um investimento desse montante, feito no centro da cidade, que é a sala de visitas, se encontre no estado de degradação em que se encontra e tudo por falta de acompanhamento dos serviços da Câmara. O Senhor Deputado cedeu ao Senhor Presidente da Câmara algumas fotografias demonstrativas do estado em que se encontra o centro da cidade, ao mesmo tempo que apresentou, verbalmente, algumas das situações retratadas nas fotografias. Lamentou, também, o facto de não existir o devido



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acompanhamento, por parte dos serviços, que contribua para dar um ar de zelo ao centro da cidade de Anadia, que, na sua opinião, se encontra com pior aspecto do que quando era vila.----

----- Na sequência das intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. O Senhor Presidente da Câmara começou por responder ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), esclarecendo tratar-se de obras executadas por administração directa, sem qualquer apoio do Governo, lamentando o facto do Senhor Deputado olhar exclusivamente para Anadia, quando as freguesias limítrofes ainda se vêm desprovidas de muitas das alternativas que Anadia tem. Esclareceu, ainda, que a Câmara Municipal distribui a sua capacidade de apoio por todas as freguesias do concelho, pelo que se Anadia pretende tudo o que o Senhor Deputado considera adequado para o centro de uma cidade, sugere que os munícipes apresentem sugestões. Continuando, referiu que considera importante a colaboração mas, por outro lado, considera que a crítica deste género é destrutiva. Referindo-se aos números abordados pelo Senhor Deputado, esclareceu que a verdade é que a Câmara gastou, no centro de Anadia, aquilo que em percentagem ainda não conseguiu gastar em qualquer centro de outra povoação do concelho, o que considera ser uma questão de justiça social e de coesão social que pretende atingir.-----

----- Para exercer o direito de resposta, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), que refutou as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara, alegando que o problema reside na falta de zelo, de cuidado e de observação para realizar certas tarefas. Referiu, também, não responsabilizar o Senhor Presidente da Câmara pelo estado em que se encontra o centro de Anadia, mas acrescentou que o Senhor Presidente deveria ter uma pessoa responsável por se preocupar e zelar por aquelas áreas. Para concluir, afirmou, ainda, que quem faz investimentos do montante que foi utilizado para proceder à requalificação do centro de Anadia, deveria ter a preocupação de manter o que foi requalificado em devido estado.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD) para intervir na sequência da abordagem feita pelo Senhor Deputado Cardoso Leal (PS). Começou por concordar com as palavras do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) quando disse que Anadia merece mais e recordou o destaque que fez da única situação em que a Câmara teve uma execução excelente ao nível da cobrança dos impostos. No seguimento, perguntou ao Senhor Deputado o que tem feito o PS no país que não a cobrança de impostos, o que fez às pequenas e médias empresas e às grandes, senão o seu estrangulamento, insolvência. Referiu, ainda, que, com certeza, o Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) não querará ver a Câmara numa situação de insolvência, pelo que exigiu mais rigor, à semelhança do que o Governo faz com todos, apesar de, por outro lado, dizer gastem mais, esbanjem, porque, provavelmente, não teremos possibilidades políticas de chegar ao Executivo e talvez assim consigamos. Dirigindo-se ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), afirmou não ser com as medidas do PS de estrangulamento de todo o tecido empresarial, porque a maior parte são pequenas empresas, que conseguirão atingir esse objectivo. Acrescentou, ainda, que



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Câmara de Anadia, que já apresenta um orçamento bastante significativo, mais não pretende do que respeitar as suas próprias opções e o que prometeu ao povo e, por isso, apresenta um orçamento de rigor. Desta forma, afirmou que o Grupo Municipal do PSD espera que o PS considere o documento em apreciação um documento de rigor e que não tome as opções políticas só pelo facto de ser da oposição.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia passou novamente a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) para responder ao Senhor Deputado António Silva (PSD). Começou por referir que, ainda que o Senhor Deputado António Silva (PSD) considere o orçamento um orçamento de rigor, o que é certo é que a execução está muito longe de ser rigorosa, porque uma execução que não chega a 50 por cento do orçamentado não se pode chamar de rigor, para além dos 38 por cento na realização de receitas orçamentadas e 49 por cento na execução das despesas. Relativamente à afirmação feita pelo Senhor Deputado António Silva (PSD) de que terá dito para a Câmara gastar mais, ou esbanjar, explicou que o PS se limitou a denunciar o facto da Câmara não estar a gastar o que orçamentou, em áreas importantes para a qualidade de vida dos cidadãos, pelo que não se trata de esbanjar mas, pelo menos, de gastar o que foi orçamentado. Esclareceu, ainda, que as diferentes prioridades do PS, nessas áreas, levariam à elaboração de um orçamento superior, lembrando as críticas formuladas pelo PS, na sessão de Dezembro, relativamente às quebras orçamentais, patentes em áreas fundamentais como o saneamento, o abastecimento de água e os resíduos sólidos, os parques industriais, alegando que o PS não teria feito essas quebras orçamentais, precisamente por as prioridades serem diferentes, e que tentaria realizar e executar tudo o que estava orçamentado. Para concluir, reforçou a afirmação de que não se trata de esbanjar mas realizar o que está orçamentado.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), tomou de novo a palavra o Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a estratégia da Câmara, em dois mil e seis, partia do princípio de não gastar e aguardar pelas verbas do IV Quadro Comunitário, à sua disposição a partir de um de Janeiro de dois mil e sete, acrescentando, então, que não se justificaria gastar verbas do orçamento municipal, em saneamento, desenvolvimento industrial, resíduos sólidos, abastecimento de água, alegando que a proposta do Senhor Deputado demonstra um desconhecimento total do tipo de verbas que vêm para a Câmara e poderia culminar na destruição do Município.-----

----- Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos (PSD) que começou por dizer que a documentação que estava a ser analisada fazia referência ao que foi orçamentado e o que se executou, adiantando que preferia falar no que estava previsto poder fazer e no que a Câmara foi capaz de fazer com o dinheiro que tinha ao seu dispor, porque considera que o grande cerne da questão reside no que as Câmaras pensam, em Novembro, que vão receber no ano seguinte, e no que efectivamente recebem e que são capazes de executar. Acrescentou, ainda, considerar importante uma gestão objectiva, que não hipoteque a Autarquia com empréstimos, para não hipotecar, por outro lado, o futuro de quem quer que lhe venha a suceder. Dirigindo-se ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), esclareceu que não são os



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

membros do PSD que fazem esta ou aquela opção, mas, sim, o Presidente da Câmara. Para concluir, esclareceu, ainda, que ao Grupo Municipal do PSD compete apoiar ou alertar quando entende que algo não está bem e não passar fotograficamente rasteiras a alguém, nem tão pouco, é interesse do seu Grupo Municipal colocar *blogs* ou coisas do género na *internet* que, em vez de construírem a sociedade do futuro, procuram destruir aquilo que de bom se vai fazendo no concelho.-----

----- Para exercer o direito de resposta, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que começou por se dirigir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, indignado com a acusação que lhe foi feita de que estaria a tentar destruir as finanças do Concelho de Anadia, alegando que a principal denúncia do PS é direccionada para o facto da Câmara não ter gasto, nem ter aplicado o que estava orçamentado, questionando o Senhor Presidente da Câmara porque estava, então, orçamentado e se seria um orçamento para fazer de conta, contrariando o título de rigor que lhe foi atribuído pelo Senhor Deputado António Silva (PSD).-----

----- De imediato, o Senhor Deputado Luís Santos (PSD) pediu a palavra para esclarecer que tinha dito existir uma diferença entre o que é orçamentado e as verbas que vêm para suporte desse orçamento. Esclareceu, também, que uma coisa é o orçamento de rigor que qualquer Câmara, qualquer Instituto, ou qualquer empresa seja capaz de fazer em Setembro, Outubro ou Novembro de um ano e outra é o que vem a seguir. Concluiu, afirmando existir uma diferença entre o que se prevê receber e o que se vem a receber, o que faz com que a execução orçamental tenha de ser diferente, mas que não retira, no entanto, rigor ao que quer que seja.-

----- De seguida retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para exercer o direito de resposta, esclarecendo ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que as contas do Município são rigorosas, independentemente da percentagem de execução, e que o orçamento é previsional, por isso nem sempre é concretizado conforme previsto, pelas mais variadas razões e imponderáveis. Referiu, ainda, que o Governo, para manter o défice, parou com todas as empreitadas que tinha em curso em Setembro de dois mil e seis, ao contrário da Câmara Municipal que fez e pagou e está a cumprir com o que prometeu aos munícipes. Acrescentou, no entanto, que a Câmara gostaria de fazer muito mais, se tivesse dinheiro, mas exemplos como o que o Estado deu, de suspender obras, como a da Ponte de Canha, quando não tem dinheiro, garantiu que a Câmara não seguirá. Expressando a sua opinião, referiu que o que deve ser criticado é o facto de haver uma preocupação pelo controlo do défice, à custa da subida de impostos e da não realização de obras, não concordando que quem nada faça acuse a Câmara de fazer pouco, quando, na verdade, a vontade da Autarquia é fazer mais, estando apenas a aguardar a oportunidade certa. Para terminar, constatou que o Governo, ao contrário da política apregoada pelo Grupo Municipal do PS, pratica uma política restritiva, pelo que considera que essa diferença deveria ser reconhecida pelo Grupo Municipal do PS.-----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD) que comentou a utilização da palavra "tentariam", usada no discurso de um dos Deputados do PS, uma vez que essa intenção ficou gorada em sufrágio. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perguntou se os contratos-programa tinham sido cumpridos em absoluto pelo Governo porque, segundo soube, o Executivo tentou aproveitar o máximo, mas ainda aguarda esse cumprimento em absoluto. Referiu, ainda, que as execuções se verificam nessa dinâmica e que se verifica, também, o cumprimento de um sonho reflectido no orçamento. A concluir, constatou existir, então, um sonho para um objectivo claro e com ambição, por parte do PSD, sonho esse que não é restritivo, porquanto qualquer Presidente sonha em conseguir obter o máximo e os melhores resultados.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia passou, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo (PSD) que começou por reforçar a ideia de que um balanço mostra, não a capacidade de execução, mas os fundos que foram transferidos para a câmara poder executar as obras. Desta forma, e perante as intervenções que tinham sido feitas até então, anunciou que as mesmas o levam a questionar se, efectivamente, vive no mesmo concelho que os Deputados Municipais do PS que intervieram, porque o concelho em que vive tem um programa de enriquecimento curricular, tem obras feitas, e bem feitas, e nunca vê ser destacado o facto das mesmas estarem feitas, até porque, se não estivessem feitas, não poderia ser apontado qualquer pequeno defeito que poderiam ter.-----

----- Antes de passar à votação do ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu novamente dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para mais uma intervenção, no seguimento das anteriores, tendo começado por sensibilizar os Senhores Deputados Municipais para que cada um assuma a sua responsabilidade na discussão do assunto, considerando que, para tal, deve ser impregnada uma maior qualidade, por forma a que o concelho possa realmente progredir. Continuando, referiu que, em sua opinião, o momento de discussão das contas não é assim tão oportuno para que possam ser comparadas contas e orçamento porque os orçamentos são previsionais, dependem de receitas, e essas receitas, ou por culpa do Estado, ou por outras razões ou opções, não permitem atingir a taxa de execução desejável. Portanto, considerou que as contas têm de ser sempre muito diversas, em relação ao que foi orçamentado, à semelhança do que se passa em todas as Câmaras Municipais. Para concluir, constatou que, não havendo dinheiro, não pode haver obras e referiu que, em tempo de crise, esta deve ser assumida.-----

----- Concluída a discussão dos documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de dois mil e seis, bem como a apreciação do património do Município de Anadia, os mesmos foram votados, tendo sido aprovados, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, duas abstenções e seis votos contra. De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) para fazer uma declaração de voto, a qual se transcreve na íntegra: *"A razão da minha posição de abstenção na votação é por este motivo: o PCP, tendo em consideração que os encargos bancários tiveram um acréscimo no aumento e as despesas correntes também, isto nas despesas correntes; nas despesas de capital tendo, também, na aquisição de bens de capital, um aumento, e nas transferências de capital também um aumento*



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em relação ao ano de dois mil e cinco, leva-nos a ter alguma preocupação, em termos de futuro, em relação à gestão da câmara".-----

----- Decorrida a votação e a consequente declaração de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o segundo ponto da ordem do dia, tendo passado a apresentar o ponto três "Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2006, bem como apreciação do Património dos Serviços Municipalizados de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º, do RAMA", dando de imediato, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução do mesmo. O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que o relatório de contas dos SMAS tem uma consequência em termos de gestão, muito semelhante ao da Câmara Municipal, ainda que, enquanto na Câmara o grande movimento financeiro é conseguido através de taxas do exterior, nomeadamente fundos comunitários e outros impostos, como será do conhecimento do Plenário, o suporte financeiro dos SMAS, em termos de receita, é conseguido através da venda de produtos, da prestação de serviços, como o fornecimento de água e saneamento. Pelo exposto, explicou tratar-se de um documento de mais fácil interpretação e que, em termos de obras, não descurando o facto dos SMAS serem operativos, mas considerando o seu reduzido número de funcionários, a sua actividade consiste em pouco mais do que ocorrer a emergências em termos de rupturas e outros acidentes a nível do sistemas de águas e saneamento. Terminando, referiu que o documento apresenta uma compilação de números que reflecte, de uma forma simples, o que se passou durante o ano de dois mil e seis.-

----- Prestados os devidos esclarecimentos por parte do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS) que começou por perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se o concelho está na sua totalidade abrangido pela rede pública de abastecimento de água e se também está abrangido em termos de número de contadores domésticos instalados. De seguida, teceu um comentário relativamente à diminuição verificada no consumo de água, acrescentando, no entanto, aceitar a justificação apresentada para a mesma, o que certamente, teve algum reflexo em termos de resultados. Relativamente a resultados, o Senhor Deputado destacou, surpreendentemente, e pela primeira vez, os resultados negativos não globais que resultam do ano a que se refere o documento. Em termos de resultados operacionais, correntes, constatou ter havido uma quebra, quebra essa que justificou não ser devida, apenas, à quebra da receita da água, porquanto, fazendo uma análise cuidada, se verifica que todos os custos subiram, logo, alguns proveitos desceram e outros subiram. Quanto aos resultados líquidos, o Senhor Deputado apurou ter havido uma quebra bastante acentuada, ainda que seja denotado um resultado positivo, como reflexo dos outros tipos de resultados. Falando de execução orçamental, constatou que a mesma, em dois mil e seis, foi substancialmente mais baixa, isto é, sofreu uma quebra acentuada, comparativamente aos anos anteriores. Em conclusão, e referindo-se à apresentação das contas, afirmou que as mesmas estão correctamente apresentadas, no entanto, pelos motivos atrás mencionados, adiantou que o PS iria votar contra.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), o qual, referiu que no sentido de tentar dar um contributo em benefício da gestão, abordou a questão das perdas de água na rede, as quais referiu serem bastante significativas. Para o efeito, apresentou uma situação exemplificativa dessa matéria, por si testemunhada, a qual, em sua opinião, justificaria a extensão da rede e o seu seccionamento através da instalação de contadores, por forma a serem periodicamente controlados, para que os serviços se apercebam quando é que, em determinada zona, haveria um consumo não compensado com a facturação, possivelmente um consumo excessivo, sinal de ruptura, por vezes difícil de detectar, principalmente quando é subterrânea. Em conclusão, referiu que a sugestão apresentada seria possível e interessante de implementar, provavelmente com recuperação a curto prazo, uma vez que a água que iria para o saneamento, para além de encher as fossas e obrigar a um funcionamento mais intensivo das maquinarias, seria água tratada que já teria o seu custo associado.-----

----- Para responder aos pedidos de esclarecimento, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, começando por informar o Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS) de que a única localidade no concelho que ainda não é servida pela rede pública de abastecimento de água é Parada, estando limitada ao abastecimento de água local, acrescentando ser intenção da Câmara Municipal resolver o problema, através de furo ou de outra solução. Relativamente aos contadores, explicou que onde existe muita água, por vezes, os munícipes, clientes dos SMAS, esquecem-se da obrigatoriedade de fazer a ligação. Dando exemplos dessas situações, explicou que um dos motivos que contribuiu para que os resultados financeiros tivessem sido diferentes foi, precisamente, o elevado número de ligações por concretizar, para além dos inúmeros recursos a poços para abastecimento doméstico. Explicou, então, que outra das razões que contribuiu para a diferença nos resultados financeiros, para o tal desempenho negativo, foi o corte tremendo no fornecimento de água, na sua venda, acrescido do facto de não ter havido actualização das próprias taxas da água. Nesta medida, o Senhor Presidente da Câmara referiu ser imperioso pensar que ao menos o produto seja fornecido ao preço de custo, mesmo assim não comparável aos concelhos vizinhos, porque a actual situação não é favorável para muitos munícipes que chegam a pagar mais de aluguer de contador do que de consumo de água. No entanto, como forma de resolver a questão, o Senhor Presidente da Câmara referiu que o Governo terá de encontrar soluções que complementem a Lei, tais como aumentar o custo da água ou criar uma qualquer taxa, à semelhança da taxa de potência que a EDP tem, para evitar que no próximo ano, os resultados venham a ser ainda piores. Acrescentou, ainda, que caso seja actualizado o custo da água, não aumente o seu consumo e seja concretizada a retirada obrigatória da cobrança do aluguer do contador, a fim de inverter a situação, considera que bastaria aos SMAS “concurisar” uma ou outra obra do quadro comunitário, nomeadamente das que a Câmara Municipal se propõe realizar e, então, a taxa de execução aumentaria significativamente. No entanto, referiu que deve ser reconhecida a dificuldade dos SMAS, tendo em conta o número exíguo de pessoal e até de especialidade de fiscalização das obras, pelo que



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deve ser mantida a actual situação, acrescida de qualquer ajustamento que permita equilibrar as contas, porque tem sido uma opção da Câmara não aumentar o preço da água, opção essa que, enquanto puder, garantiu que pretende manter. Respondendo ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), referiu tratar-se de um problema sério, para o qual já tentou encontrar solução, a qual passará, possivelmente, pela instalação de um sistema na rede de água que detecta, de uma forma rápida, os problemas de rupturas.-----

----- Concluídas as intervenções referentes ao ponto três da ordem do dia, o mesmo foi votado, tendo os documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de dois mil e seis, bem como a apreciação do património dos Serviços Municipalizados de Anadia sido aprovados, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, duas abstenções e seis votos contra.-----

----- Não tendo havido lugar a declarações de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia, tendo passado a apresentar o ponto quatro da mesma, "Apresentação, discussão e votação da 1.ª revisão dos documentos previsionais do Exercício de 2007, do Município de Anadia, nos termos da alínea b) do n.º 2, do art.º 3.º, do RAMA", após o que deu, de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto e solicitou à Primeira Secretária da Assembleia que assumisse a Presidência da Assembleia. O Senhor Presidente da Câmara referiu que decorre da própria lei que o saldo da conta deve ser imediatamente inscrito no orçamento, considerando que os documentos em apreciação não terão grande discussão, pelo facto de traduzirem as opções da Câmara Municipal na distribuição do dinheiro onde mais falta faz, opções essas que, nesta fase, são mais técnicas do que políticas.-----

----- Não tendo havido lugar a quaisquer intervenções, o ponto quatro da ordem do dia foi votado, tendo a primeira revisão dos documentos previsionais do exercício de dois mil e sete, do Município de Anadia, sido aprovada, por maioria, com vinte e três votos a favor e oito abstenções. Decorrida a votação, a Primeira Secretária da Assembleia Municipal apresentou o ponto cinco da ordem do dia, "Apresentação, discussão e votação da 1.ª revisão dos documentos previsionais do exercício de dois mil e sete, dos Serviços Municipalizados de Anadia, nos termos da alínea b) do n.º 2, do art. 3.º, do RAMA", tendo passado, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir o ponto. O Senhor Presidente da Câmara referiu que o documento em apreciação se insere na mesma obrigatoriedade do Município de Anadia, claramente com outra estrutura financeira, mas com idêntico objectivo, o qual apresenta os quadros adequados, demonstrativos da quantidade financeira a considerar no orçamento em vigor de dois mil e sete.-----

----- Não tendo havido lugar a intervenções relativamente ao ponto cinco da ordem do dia, o mesmo foi votado, tendo, assim, a primeira revisão dos documentos previsionais do exercício de dois mil e sete, dos Serviços Municipalizados de Anadia, sido aprovada, por maioria, com vinte e três votos a favor e oito abstenções.-----

----- A Primeira Secretária da Assembleia Municipal passou, de imediato, a apresentar o ponto seis da ordem do dia "Apresentação, discussão e votação de uma proposta de aditamento à



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tabela de Taxas e Licenças, para fixação do valor da Taxa para emissão do documento previsto na Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto – Certificado de Registo – nos termos da alínea e) do n.º 2 do art. 3.º do RAMA”, tendo passado, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou que a necessidade de adaptação da Tabela de Taxas decorre da legislação publicada pelo Governo relativamente à obrigatoriedade de todos os emigrantes, com uma estada no território português superior a três meses, obterem uma autorização de residência e todos os documentos inerentes à qualidade de emigrantes. Nessa medida, informou que as taxas devidas pela referida autorização e respectivos documentos, serão, umas encaminhadas para o Estado, as que a própria Lei determina, e outras podem e devem ser cobradas pela Câmara Municipal, dentro dos valores aconselhados pela própria Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e de acordo com o valor que tem existido nos Municípios limítrofes. Referiu, ainda, tratar-se de uma questão de interesse municipal, para além de ter um objectivo muito importante, o de documentar os emigrantes, que podem recorrer ao serviço a funcionar na Câmara, em cumprimento da Legislação.-----

----- Decorrida a explicação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que entretanto retomou a presidência dos trabalhos, passou à votação do ponto seis da ordem do dia, o qual foi aprovado, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, tendo apresentado, de seguida, o ponto sete, “Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia como delegado ao XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e seu substituto, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 2.º do Regulamento do referido Congresso, a realizar em Ponta Delgada, na Região Autónoma dos Açores, nos dias 15 e 16 de Junho de 2007”. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário de que tinha dado entrada uma proposta do Grupo Municipal do PSD, indicando como membro efectivo o Senhor Deputado Fernando Fernandes (PSD), Presidente de Junta da Freguesia de Arcos, e como suplente, o Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD), Presidente da Junta Freguesia de Sangalhos. Informou, também, ter dado entrada, em segundo lugar, uma outra proposta, do Grupo Municipal do PS, indicando o Senhor Deputado José Maria Ribeiro (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Mogofores. Esclareceu, então, que as duas propostas se encontravam devidamente formalizadas e com termos de aceitação, pelo que a proposta do Grupo Municipal do PSD, que entrou em primeiro lugar, passaria a ser denominada de “Lista A” e a do Grupo Municipal do PS de “Lista B”. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, de seguida, à votação, tendo explicado previamente que, de acordo com o previsto no RAMA, se iria proceder a eleição uninominal, por voto secreto, cumprindo, de seguida, todas as formalidades que tal acto exigia. Concluída a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou os resultados, tendo informado que a “Lista A” recolheu vinte e três votos, a “Lista B” obteve nove votos, zero votos nulos e zero votos em branco, após o que comunicou que o Senhor Deputado Fernando Fernandes (PSD) estava legitimamente eleito como Delegado ao Congresso e como seu substituto o Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD). Antes de dar por encerrado o



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ponto sete da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) que entendeu produzir uma declaração de voto, que se transcreve na íntegra: "Nós propusemos e votámos o nosso companheiro José Maria porque mesmo conhecendo, ele, digamos que nesta governação de forças, seria difícil obter a eleição, decidiu a aceitou submeter-se a este voto da Assembleia". Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que tinha entendido não interromper o Senhor Deputado quando este interveio, mas que não é normal acontecer uma declaração de voto nestas votações, porquanto o voto é secreto, com a agravante de o ter efectuado em nome do Grupo Municipal do PS, pois o voto além de secreto era uninominal. Finalizou referindo que tal declaração de voto só poderia ser entendida sob o ponto de vista individual, e nunca em nome dos seus colegas de bancada, porque decorre de uma eleição por voto secreto, apesar de o Senhor Deputado em questão ter entendido expor o seu sentido de voto, mas que apesar de tudo estaria no seu direito de o fazer.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu, por encerrado o ponto sete da ordem do dia, após o que informou o Plenário de que tinha sido apresentada à Mesa uma proposta do Grupo Municipal do PSD, para aprovação em minuta dos pontos 2, 3, 4, 5, 6 e 7 de acordo com o previsto no n.º 4, do art.º 51.º, do RAMA, a qual, foi aprovada, por unanimidade, com trinta e dois votos a favor.-----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período da ordem do dia, e deu entrada ao período de intervenção do público, não se tendo registado qualquer intervenção.-----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, quando eram vinte horas e dezoito minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -
